



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 06 de setembro de 2013

FISCALIZAÇÃO

HGJAF teria falhas em armazenamento de prontuários

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE), durante fiscalização no Prédio Parreiras Horta, apontou supostas irregularidades no armazenamento dos prontuários médicos de pacientes do Hospital Governador João Alves Filho entre os anos de 2000 e 2008. Por isso, em junho deste ano, entrou com uma representação junto ao Ministério Público Estadual e impetrou uma Ação Civil Pública para que providências fossem adotadas.

O problema, de acordo com a coordenadora da Comissão da OAB/SE, Maria Ângela Rezende, é que por conta de uma inundação no local, toneladas de documentos foram destruídas, e por conta disso, os prontuários foram encaminhados para o Estado de Alagoas, onde uma empresa privada iria digitalizar os arquivos.

Mas, segundo a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, a licitação com a empresa teria sido cancelada e mesmo assim, os documentos permaneceram em Alagoas. "O prontuário pertence ao paciente e lá estão as informações sobre as doenças e o tratamento medido a que ele foi submetido. É um documento sigiloso e o



WELLINGTON BARRETO/ASN

■ **Euzá Missano:** "todo o sistema de manuseio e guarda de prontuário deve ser informatizado em 160 dias"

Hospital tem a obrigação de guardar", destaca a coordenadora Maria Ângela.

• MPE

O Ministério Público Estadual (MPE) por sua vez, aguarda uma decisão da Justiça. É o que informa a promotora de Justiça, Euzá Missano, salientando que pelo

pedido do MPE, o prazo máximo para a entrega desse prontuário é de 30 dias.

"Todo o sistema de manuseio e guarda de prontuário do HGJAF deve ser informatizado no prazo de 160 dias. E esses prontuários, por sua vez, devem ser armazenados em local próprio e adequado, longe de quaisquer condições

climáticas mais intensas, para que o tempo não possa danificar esses arquivos", explica a promotora.

Missano revela também que foi estipulado um prazo de 15 dias para que essa tonelada de prontuários, que foram retirados indevidamente por conta da legislação federal para uma outra cidade, retorne ao Hospital João Alves.

• FHS

Sobre a questão, a Procuradoria Jurídica da Fundação Hospitalar de Saúde afirmou que "em nenhum momento foi detectado alagamento no setor de arquivo do Parreiras Horta", frisa. O que houve, segundo a assessoria, foi uma infiltração no telhado, o que gerou a necessidade imediata da transferência de local dos documentos. "O contrato com a empresa de Alagoas previa, além da guarda, a modernização da documentação", salienta a Fundação.

A assessoria jurídica explica ainda que, "diante das tratativas do MPE, a Fundação se antecipou e solicitou a rescisão do contrato com a empresa de Alagoas e está viabilizando um local para a transferência dos documentos", finaliza.